

“Si hay diferencia, tenemos(re)problema(s)”: diferencia(s) y tensiones curriculares
"Se tem diferença, te(re)mos problema(s)": diferença(s) e tensões curriculares
“If there is a difference, we have(re)problem(s)”: difference(s) and curricular tensions

Rafael Ferreira de Souza Honorato¹
José Rodolfo do Nascimento Pereira²
Maria Zuleide da Costa Pereira³

Resumen

La diferencia como marcador social desobediente e incontrolable, que singulariza a los individuos, aun en medio de la pluralidad de la vida, ha tensionado cada vez más nuestras prácticas frente al escenario político de feroces disputas por hegemonizar la sociedad desde una matriz unívoca de saberes, que de la Modernidad, que mueve sus tentáculos apoyándose en el voluminoso conservadurismo. Así, la diferencia se produce ante lo inesperado, se transforma y multiplica en otros miles de dispositivos que desordenan a quienes buscan la primacía del orden. Así, buscamos aquí analizar la centralidad de la diferencia en los estudios curriculares, desde perspectivas posestructuralistas y posfundacionalistas. Para ello, consideramos que las diferencias se construyen discursiva, social, histórica y culturalmente, y que, en cierto modo, influyen en las prácticas pedagógicas y en la construcción de una educación vinculada al ejercicio de la democracia. Para ello, se movilizarán conceptos como la deconstrucción de Derrida, la hegemonía de Laclau y Mouffe, la performatividad de Butler y la multiplicidad de Deleuze y Guattari, con el fin de comprender cómo las diferencias pueden ser valoradas y utilizadas como potencialidades para una educación que se centre en las diferencias como potencia de creación y proliferación de vida.

Palabras clave: Diferencia; Deconstrucción; Performatividad; Multiplicidad; Currículo

Resumo

A diferença como um marcador social desobediente e incontrolável, que singulariza os indivíduos, mesmo em meio à pluralidade da vida, tem tensionado cada vez mais as nossas práticas diante do cenário político de acirradas disputas por hegemonizar a sociedade a partir de uma matriz unívoca do conhecimento, o da Modernidade,

que movimenta seus tentáculos encostado no vultoso conservadorismo. Desta forma, a diferença se produz diante do inesperado, se transforma e se multiplica em milhares de outros dispositivos que desordenam quem busca pela primazia da ordem. Assim, busca-se, aqui, analisar a centralidade da diferença nos estudos em currículo, a partir das perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionais. Para isso, consideramos que as diferenças são construídas discursiva, social, cultural e historicamente e que, de certo modo, influenciam nas práticas pedagógicas e na construção de uma educação atrelada ao exercício da democracia. Para tanto, serão mobilizados conceitos como o de desconstrução derridiana, a hegemonia de Laclau e Mouffe, a performatividade de Butler e a multiplicidade de Deleuze e Guattari, a fim de compreender como as diferenças podem ser valorizadas e utilizadas como potencialidades para uma educação que enfoque nas diferenças como uma potência de criação e proliferação de vida.

Palavras-chave: Diferença; Desconstrução; Performatividade; Multiplicidade; Currículo

Abstract

Difference as a disobedient and uncontrollable social marker, which singles out individuals, even in the midst of the plurality of life, has increasingly strained our practices in the face of the political scenario of fierce disputes to hegemonize society from a univocal matrix of knowledge, that of Modernity, which moves its tentacles leaning against the bulky conservatism. In this way, the difference is produced in the face of the unexpected, it is transformed and multiplied in thousands of other devices that disorder those who seek the primacy of order. Thus, we seek here to analyze the centrality of difference in curriculum studies, from post-structuralist and post-foundational perspectives. For this, we consider that the differences are constructed discursively, socially, historically and culturally, and that, in a certain way, they influence the pedagogical practices and the construction of an education linked to the exercise of democracy. To do so, concepts such as Derrida's deconstruction, the hegemony of Laclau and Mouffe, Butler's performativity and the multiplicity of Deleuze and Guattari will be mobilized, in order to understand how differences can be valued and used as potentialities for an education that focuses on in differences as a power of creation and proliferation of life.

Keywords: Difference, Deconstruction, Performativity, Multiplicity; Curriculum

Introdução

(...) Problema seu
Problema meu
Problema nosso
Problema eu
Problema tu
Problema vosso (...)
(...) Problema todo mundo tem
Quem não tem problema não é ninguém
Problema todo mundo tem
Tem até quem vê problema onde não tem
Problema todo mundo tem
Cada qual com o problema que lhe convém
Quem não tem, invente (...)
(Problema, Titãs, 2009).

Desde muito tempo, temos ouvido que precisamos "nos afastar dos problemas". Ao ouvir esse imperativo de ordem e ordenamento, já atribuímos ao vocábulo "problema" uma carga negativa e temos tentado nos desvencilhar de eventos e situação que se nos afigurem como um problema. Mas temos percebido, por meio de nossas vivências, que eles são "inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los." (Butler, 2017, p. 07) e de pensar com eles. A vivência relacional e social que construímos diariamente, nos filiando a pensamentos, práticas e nichos sociais dissonantes, é (sempre) complexa e nos exige vários desdobramentos para compreendermos as singularidades que nos subjetivam enquanto sujeitos produzidos nas/pelas descontinuidades históricas e culturais.

Em 2009, os Titãs, um coletivo de artistas renomados no Brasil, já refletiam de forma contundente sobre o fato de criar problemas e defendiam que os problemas não são só meu e nem seu, eles são nossos, principalmente quando se atravessam no funcionamento de nossas práticas, sobretudo, quando se implicam em nosso fazer docente, instando-nos a repensar algumas questões. Reconhecer que temos "problemas" é a primeira maneira de pensar com eles e, aliados com a canção que desnuda esse texto, seguiremos criando problemas e lutando pela valorização das diferenças, que é um "problema" meu, seu e nosso.

Assim, queremos pensar as diferenças com matrizes dos pensamentos pós-estruturalistas e pós-fundacionais, entendendo currículo como um arranjo polifônico, uma arena potente de construção de sentidos e significados que estão sempre em disputas (Silva, 2017) nas trincheiras das relações de poder (Foucault, 2017) e,

por isso, tensionam as tentativas de enrijecimento curricular, de padronização e de aniquilação do outro e do apagamento da diferença (Sussekind, 2017, 2018). Na perspectiva por nós adotada, o currículo nos permite, pois, pensar como, através de práticas discursivas e simbólicas, os sujeitos são produzidos, esquadrihados, hierarquizados, mas, aliançados (Butler, 2019b) e reconhecidos com suas diferenças, para assim com elas, resistir e fazer de suas vidas mais visíveis e vivíveis (Butler, 2019a).

Não vemos a diferença aqui como um problema, mas como uma preocupação em termos da concessão de direitos menos desiguais, como um mecanismo de possibilidades plurais de desmobilização e de perturbação da centralidade do pensamento ocidental, que reitera a força da norma como um subterfúgio em torno da materialização de uma sociedade imaginada, padronizada e que opere longe da diferença. Compreendemos a sociedade em que vivemos como "produtora de mesmidade, ou seja: que aprecia a uniformidade e que quem estiver fora do padrão pode ser aniquilado" (Sussekind *et al*, 2020, p. 23). Por isso, nos unimos pelo pensamento que brada que "a nação jamais conseguiu ou conseguirá banir a diferença" (Macedo, 2006, p. 331) porque ela é incontrolável, rebelde, insistente e assustadora, pois ela "ameaça o universalismo e a neutralidade do Estado, compromete a autonomia e a liberdade individual e ataca a igualdade formal" (Macedo, 2006, p. 336), ameaçando, por meio de um vendaval, o "castelo de areia" dos essencialismos e dos universalismos para pensar nos deslizamentos, na frouxidão, na instabilidade e na produtividade das diferenças.

Desse modo, objetivamos, aqui, analisar a centralidade da diferença nos estudos em currículo, a partir das perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionais. Para isso, consideramos que as diferenças são construções discursivas, sociais, históricas e culturais, e que, de certo modo, influenciam nas práticas pedagógicas e na construção de uma educação atrelada ao exercício da democracia. Para tanto, serão mobilizados conceitos como o de desconstrução de Derrida (1991), de hegemonia de Laclau e Mouffe (2015), de performatividade de Butler (2017; 2019) e de multiplicidade de Deleuze e Guattari (2019), a fim de compreender como as diferenças podem ser valorizadas e utilizadas como potencialidades para uma educação que enfoque as diferenças como uma potência de criação e proliferação da vida.

As múltiplas faces da diferença

A noção de diferença é uma questão central em muitas teorias políticas e filosóficas. Nesse sentido, buscaremos fornecer uma explicação da diferença a partir das perspectivas de Laclau e Mouffe (2015), Butler (2017; 2019), Derrida (1991), Deleuze (2018) e Deleuze e Guattari (2019) antes de entrarmos propriamente nas discussões dessa categoria com o campo dos estudos em currículo.

Nossas reflexões começam com os estudos de Derrida (2018), pois esses serviram de inspiração e fonte para os estudos sobre diferença. O autor propõe uma teoria da diferença baseada na noção de *différance*. Para ele, a diferença não é uma oposição binária entre dois termos, mas, sim, uma diferença que é sempre diferida, porque é produzida no interior da linguagem, e que não pode ser capturada em nenhum termo estável. Assim, *différance* não é uma presença positiva ou negativa. Trata-se, pois, de uma relação de diferença que não é uma relação de identidade (Derrida, 1991).

Em outras palavras, Derrida (1991) propõe a noção de *différance* como uma forma de compreender a diferença. Para ele, a diferença é um processo contínuo de diferenciação e adiamento. A *différance* se constitui de tensionamentos que são produzidos a partir das relações de poder que se implicam no interior da linguagem e colocam sob rasura a fixidez, perturbando a ideia da estabilidade como um meio "seguro" de se viver. Essa concepção ressalta que a diferença está sempre em fluxo, em constante movimento e transformação.

A influência de Derrida (1991) em outras teorias pode ser percebida principalmente em relação à concepção de diferença e à crítica à noção de identidade fixa. Essa perspectiva desestabiliza a noção de identidade fixa e enfatiza a natureza fluida e em constante movimento da diferença. Laclau e Mouffe (2015), ao dialogarem com os pensamentos de Derrida (1991), propõem uma teoria política baseada na noção de hegemonia. Para eles, a hegemonia é construída através da articulação de diferentes demandas políticas, que são unificadas em uma luta comum. A diferença é vista como um elemento-chave nesse processo, já que as demandas políticas são heterogêneas e precisam ser articuladas de forma a criar um sujeito político unificado. Como Laclau e Mouffe (2015) afirmam: "a unificação das demandas heterogêneas em torno de um significante vazio é um processo de construção de diferença, que é o que torna possível a hegemonia" (Laclau & Mouffe, 2015, p. 128). Todavia, essas demandas não podem ser unificadas em torno de uma identidade fixa, e, sim, em torno de um significante vazio, que é capaz de articular a diferença.

Essa concepção laclauiana-mouffiana da hegemonia, inspirada pela abordagem derridiana da diferença, desafia as noções tradicionais de identidade política e oposições binárias. Ela reconhece a importância da diferença e da heterogeneidade na política, destacando a necessidade de construir coalizões políticas que se baseiem na articulação das diferenças em vez de suprimi-las. Com sua teoria da *différance*, Derrida (1991) também abre espaço para a desconstrução das categorias tradicionais de gênero e sexualidade.

A partir dessa desconstrução, emergem novas possibilidades de subjetividades e formas de expressão. Apesar de não haver uma influência direta, podemos inferir que Butler (2017), ao questionar a estabilidade das categorias de gênero e sexualidade e ao propor uma abordagem crítica que desestabiliza as hierarquias

e normas dominantes, faz o movimento proposto por Derrida (1991). Deste modo, Butler (2017) propõe uma teoria do sujeito baseada na noção de performatividade. Para ela, a diferença não é algo dado, e, sim, construída e performatizada através das práticas discursivas que produzem o sujeito:

Em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (Butler, 2017, p. 194).

Assim, a autora afirma que “o sujeito é constituído através de práticas discursivas que, por sua vez, são governadas por normas e valores que produzem a diferença” (Butler, 2019a, p. 41) e que, por sua vez, fazem com que os sujeitos se produzam com e a partir dela, em contextos de lutas permanentes, em torno de significações que garantem a sua existência em vista de que “os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos (Butler, 2017, p. 38) e precisam resistir aos processos de investimento que planejam fortalecer os discursos que padronizam os indivíduos. Ademais, é importante ressaltar que a noção de diferença é fundamental para pensar questões de justiça social e política. Como destaca Butler (2019a), as identidades são produzidas através de práticas discursivas e sociais e, muitas vezes, são construídas em oposição a outras identidades. Isso implica que a diferença é uma questão central na construção das desigualdades sociais e políticas, bem como na luta contra essas desigualdades.

As perspectivas que estamos apresentando se articulam por meio do questionamento à noção de identidade como algo dado e natural, e apontam para sua construção social e discursiva. Assim, embora os autores possuam abordagens teóricas distintas, suas reflexões convergem em uma compreensão crítica da política e das identidades, colocando em evidência a importância da diferença, da luta e das práticas discursivas na construção e desconstrução das identidades sociais. Nesse sentido, o pensamento derridiano é o elo entre as teorizações de Laclau e Mouffe (2015) e Butler (2017, 2019a). Ambas as obras destacam a importância da diferença e da luta política na construção das identidades e na busca pelo poder. Enquanto Laclau e Mouffe (2015) enfatizam a articulação e a construção de hegemonia, Butler (2017, 2019) foca na performatividade e na desconstrução das identidades fixas.

Dito isto, queremos trazer Deleuze e Guattari (2019), para esse diálogo. Enquanto Derrida (1991) enfatiza a diferença como uma diferença diferida, que não

pode ser reduzida a uma identidade fixa, Deleuze e Guattari (2019) abrem ainda mais as possibilidades, argumentando que a diferença é um processo contínuo de multiplicação. Eles propõem a noção de "rizoma", uma estrutura não hierárquica e aberta, composta por múltiplas conexões e fluxos. Nesse contexto, a diferença é vista como uma multiplicidade de possibilidades e relações, que estão constantemente se transformando e se reconfigurando. Os autores também destacam a importância da diferença para pensar questões políticas, argumentando que ela é uma força de resistência contra as formas dominantes de poder. Para eles, é através da multiplicidade e da diferença que se pode resistir às formas de poder que buscam impor uma única identidade ou essência.

Com isso, acreditamos que somamos uma perspectiva enriquecedora para a compreensão da relação entre diferença, política e identidade, que pode ser integrada ao diálogo que estamos desenvolvendo. A multiplicidade é uma diferença que é produzida no interior da realidade, e que não pode ser reduzida a uma essência ou a uma identidade fixa. Nas palavras deles "a multiplicidade é composta de diferenças que não podem ser subsumidas sob uma única lei ou unidade, mas que são interligadas e cruzadas em uma rede de relações" (Deleuze & Guattari, 1995, p. 67).

Nesse sentido, Deleuze (2018) amplia o entendimento da diferença como algo que não está restrito apenas ao campo do discurso e da linguagem, mas que permeia todos os aspectos da vida social. Ele destaca a importância das relações de poder e das práticas micropolíticas na produção e transformação das identidades. Ao contrário de buscarem uma identidade fixa ou estável, Deleuze e Guattari (2019) defendem a abertura para a multiplicidade e a experimentação, rompendo com as categorias pré-estabelecidas. A diferença, portanto, não é apenas uma questão de desconstrução ou hegemonia, mas sim um processo de multiplicação e experimentação constante.

Dessa forma, a contribuição que Deleuze e Guattari (2019) trazem para a discussão é uma abordagem mais radical e dinâmica. Eles nos convidam a repensar as categorias estabelecidas e a explorar novas possibilidades de criação e resistência. Ao integrarmos essa perspectiva ao diálogo entre Derrida (1991), Butler (2017, 2019a) e Laclau e Mouffe (2015), podemos enriquecer nossa compreensão da diferença como um processo complexo que transcende as dicotomias e desafia as estruturas de poder estabelecidas.

Em suma, essas diferentes abordagens da diferença oferecem maneiras diversas de pensar a política e a subjetividade. Enquanto Laclau e Mouffe (2015) enfatizam a importância da construção de uma identidade política comum, Butler (2017, 2019) destaca como a diferença é construída através de práticas discursivas que produzem o sujeito. Derrida (1991), por sua vez, questiona a ideia de uma identidade fixa, propondo uma noção de diferença que é sempre diferida. Por fim, Deleuze e Guattari (2019) veem a diferença como uma multiplicidade de relações que se entrelaçam

e se cruzam, em que não há uma essência ou identidade fixa. Em conjunto, essas diferentes perspectivas nos oferecem uma riqueza de abordagens para pensar a diferença e sua relação com a política e a subjetividade.

Além disso, é importante destacar que essas diferentes abordagens da diferença não são mutuamente excludentes e, muitas vezes, se complementam. Por exemplo, a ideia de Laclau e Mouffe (2015) sobre a construção da hegemonia é amplamente influenciada pela teoria da diferença derridiana, que destaca a impossibilidade de se chegar a uma identidade fixa e estável. Da mesma forma, a teoria da multiplicidade de Deleuze e Guattari (2019) também é influenciada pela teoria da diferença de Derrida (1991), que destaca a instabilidade da identidade e a importância de se pensar em termos de diferença e fluxo constante. Por outro lado, há também divergências entre essas abordagens. Por exemplo, enquanto Laclau e Mouffe (2015) enfatizam a importância da construção de uma identidade política comum, Butler (2017) destaca a importância de se reconhecer a diversidade e a multiplicidade de identidades possíveis. Para Butler (2017), a diferença não deve ser subsumida em uma identidade comum, mas valorizada em si mesma.

Em resumo, a noção de diferença é abordada de maneiras diversas e complexas por Laclau e Mouffe (2015), Butler (2017, 2019a), Derrida (1991), Deleuze (2018) e Deleuze e Guattari (2019). No mais, defendemos que a noção de diferença é uma questão complexa e multifacetada que tem implicações profundas para pensar questões políticas, sociais e subjetivas. Ao nos pautarmos pelas diferentes abordagens teóricas mencionadas aqui, podemos enriquecer nossa compreensão da diferença e seus múltiplos significados.

(Re)Construindo pontes: as diferenças nos estudos em currículo

Estamos pensando o conceito de diferença em contraposição à noção de identidade fixa e estável, que havia sido concebida pela modernidade e sustentada pela estruturação binária e hierárquica de conceitos opostos, como sujeito/objeto, homem/mulher, branco/negro, entre outros. Nesse sentido, a diferença é entendida como uma categoria fundamental para a compreensão do mundo e das relações humanas, na medida em que cada indivíduo, grupo ou cultura é marcado por diferenças que o distinguem de outros, mas que também estão em constante interação e negociação com as diferenças dos demais (Honorato *et al*, 2020; Honorato, 2018, 2022; Ribeiro *et al*, 2021; Honorato & Pereira, 2017, 2021; Honorato, Costa, *et al*, 2022; Honorato, Pereira, *et al*, 2022; Pereira, 2020).

Assim, a diferença é vista como um processo dinâmico e contingente que não pode ser reduzido a uma única identidade ou essência, mas que emerge das interações complexas entre as múltiplas dimensões que compõem a experiência humana, tais como a raça, gênero, sexualidade, classe social, entre outras. Nessa perspec-

tiva, a diferença não é algo natural ou preexistente, mas é produzida em contextos históricos e sociais específicos, através de práticas discursivas, simbólicas e uma série de dispositivos normativos que estabelecem as fronteiras entre o "normal" e o "desviante", o "dominante" e o "subordinado", o "centro" e a "periferia". Logo, o objetivo não é simplesmente celebrar a diferença em si, mas, sim, questionar as hierarquias e as relações de poder que são construídas em torno dessas diferenças, e explorar as possibilidades de subversão e transformação dessas estruturas.

Por isso, a noção de diferença tem se mostrado cada vez mais relevante no campo do currículo, onde se discute como as diferenças culturais, sociais, étnicas, de gênero, entre outras, influenciam nos modos como os currículos são elaborados, implementados e vivenciados pelos estudantes. Silva (2017) destaca que as diferenças culturais e sociais são fundamentais para a construção de currículos mais inclusivos e democráticos. Para o autor, a diferença não pode ser subsumida ou ignorada pelos currículos, mas deve ser valorizada e incorporada em sua elaboração.

Nessa perspectiva, é importante pensar a diferença em sua relação com o poder. Para Macedo (2012), a diferença é produzida por relações de poder. Em sua relação com a identidade, a diferença não é algo que possa ser eliminado ou superado, mas deve ser valorizada e incorporada na construção dos currículos, de forma a reconhecer e valorizar as diversas identidades e perspectivas dos estudantes. Ou seja, a diferença é uma questão fundamental para a construção de currículos mais justos, igualitários, democráticos e inclusivos que valorizem a multiplicidade de perspectivas e experiências dos estudantes, mas também a diversidade cultural e a multiplicidade de identidades.

Destarte, esta perspectiva traz contribuições importantes ao destacar que as identidades e as diferenças são construídas em um contexto de poder, que é atravessado por relações de dominação e subordinação. Segundo Butler (2017), as identidades não são algo que possa ser possuído ou inerente a uma pessoa. Elas são performativamente produzidas em um contexto social e histórico específico. Por isso, não são fixas ou imutáveis, mas mutáveis e contestáveis.

Através das teorias de Laclau e Mouffe (2015), Derrida (1991), Butler (2017; 2019), Deleuze e Guattari (2018), há autores/as que contribuem para uma discussão cada vez mais necessária sobre a importância da diferença na construção de currículos mais inclusivos, democráticos e igualitários. Nesse sentido, baseada na desconstrução derridiana, Lopes (2015) destaca que a diferença é fundamental para a compreensão de suas ideias, pois para Derrida (1991) a diferença é ineliminável e irreduzível, e é justamente a partir dela que a desconstrução se desenvolve. Tal compreensão ajuda a entender que o currículo não é algo fixo, imutável ou objetivo, mas uma construção social e histórica que pode ser desconstruída para reve-

lar suas contradições e limitações. Para Lopes (2015), a desconstrução derridiana permite pensar o currículo como uma prática discursiva contingente e provisória, sempre aberta a novas interpretações e reinterpretações.

Por sua vez, de acordo com Macedo (2014), a hegemonia é uma relação social de poder que se manifesta na cultura, na política e na economia, e a análise da hegemonia pode ajudar a entender como o currículo é construído e como ele influencia a formação de identidades. As teorizações sobre hegemonia em Laclau e Mouffe (2015) destacam a importância de analisar as relações de poder presentes no currículo e como elas operam para construir e manter determinadas visões de mundo como hegemônicas. A centralidade da diferença é fundamental para a teoria política de Laclau e Mouffe (2015), pois a hegemonia só pode ser construída a partir da diferenciação e do reconhecimento das diferenças, o que também pode ser aplicado aos estudos em currículo.

Já a performatividade de Butler (2017, 2019b) traz para os estudos de currículo a preocupação em torno de como normas e valores sociais são produzidos e reproduzidos através das práticas discursivas e corporais, o que implica que o currículo não apenas transmite conhecimentos, mas também constrói e reescreve identidades. Nestes termos, a performatividade nos leva a considerar como as categorias identitárias são produzidas e reproduzidas e como isso afeta a inclusão/exclusão de diferentes sujeitos no currículo.

Nesse arcabouço, a multiplicidade de Deleuze e Guattari (2019) sublinha a importância de considerar a diversidade e a complexidade das relações sociais e culturais no currículo, evitando a redução do conhecimento a categorias fixas e unívocas. Esta concepção é um movimento incessante de desdobramentos e conexões entre as coisas, o que pode ser aplicado aos estudos em currículo ao pensarmos nas múltiplas possibilidades de conexões entre os diferentes elementos que compõem um currículo. Ou seja, a multiplicidade nos faz pensar o currículo como um território de encontros e diferenças, um espaço aberto às multiplicidades de sujeitos, culturas e conhecimentos que compõem nossa sociedade.

Essas teorias colaboram para o entendimento de que diferença é um conceito fundamental para entendermos as complexas dinâmicas do currículo e sua relação com a formação de identidades, a produção de poder e a construção de conhecimentos. Deste modo, é possível pensar em currículos mais abertos, inclusivos e sensíveis às diferenças e multiplicidades que compõem nossas sociedades. Em outras palavras, levar em consideração as diferenças na construção dos currículos é inserir nessa tecitura as especificidades e singularidades dos estudantes, é preciso contemplar as múltiplas vozes e perspectivas presentes na sociedade.

Destarte, pensar a diferença nos estudos em currículo permite compreender a complexidade e a pluralidade presentes nesse campo de estudo, além de possibi-

litar a construção de currículos mais democráticos, valorizando a importância da diferença na formação dos indivíduos e na produção dos saberes, questionando as narrativas hegemônicas e as políticas curriculares que reforçam desigualdades e exclusões, buscando promover uma educação mais justa e igualitária.

Em síntese, o currículo é visto como um discurso que representa a cultura, a política e a história, em constante construção, e que produz efeitos de poder e subjetividade sobre os indivíduos. Ou seja, o currículo não é algo fixo e neutro, mas, sim, um espaço de luta e negociação de significados e valores. Em outras palavras, ao dar importância à diferença na formação dos indivíduos e na produção dos saberes, destacando a necessidade de uma educação que reconheça e respeite as diferenças e diversidades culturais, estamos questionando as bases teóricas e políticas do currículo que, muitas vezes, estão relacionadas a concepções de poder e verdade que reforçam hierarquias e exclusões. O que estamos propondo é uma crítica às narrativas hegemônicas e às políticas de currículo que reforçam desigualdades e injustiças e, com isso, buscamos promover uma educação mais democrática e plural. Por isso, seguiremos adiante destacando, mesmo que brevemente, como as diferenças têm sido tocadas, ou não, em documentos nacionais importantes que se atravessam diretamente nos currículos, nas práticas formativas e no exercício docente, negligenciando, na maioria dos casos, a visibilização da discussão com as diferenças.

Criando problemas curriculares: a BNCC e a BNC - Formação e a(s) diferença(s)

Com base nas discussões que desenvolvemos, é possível ampliar a reflexão sobre os estudos em currículo, em especial no que se refere à centralidade da diferença nesse campo de estudo. Ao olharmos para as políticas de currículo do Brasil, o que coloca no centro da discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica (BNC - Formação), encontramos uma série de estudos que, a partir das diferenças, refletem sobre as políticas curriculares em tela. (Macedo, 2013, 2014, 2015, 2018a, 2018b, 2019; Costa & Lopes, 2018; Rodrigues *et al*, 2021)

Lembramos que, segundo Laclau e Mouffe (2015), a diferença é um elemento fundamental na construção das identidades políticas, na medida em que é através do reconhecimento das diferenças que se torna possível a construção de relações políticas democráticas e igualitárias. Nessa direção, Buttler (2018) corrobora ao possibilitar o entendimento de que as políticas educacionais, em especial as propostas curriculares, não são neutras em relação às diferenças. Ao contrário, elas são produzidas a partir de determinados discursos que promovem determinadas formas de conhecimento e práticas educativas em detrimento de outras. Nesse sentido, a crítica à implementação da BNCC e da BNC - Formação no Brasil se faz

presente, pois essa política curricular tem sido alvo de questionamentos por parte de diversos setores da sociedade civil, especialmente por sua suposta homogeneização do ensino e padronização do conhecimento (Rodrigues *et al*, 2021).

A BNCC e a BNC - Formação apresentam limitações em relação à diferença. Por exemplo, embora haja a inclusão de temas como a diversidade cultural, nem sempre esses temas são abordados de maneira crítica e reflexiva. Além disso, ainda há uma tendência a reproduzir uma visão hegemônica do conhecimento, com uma valorização excessiva do conhecimento científico e tecnológico em detrimento de outras formas de conhecimento. Essa prática performática é uma construção discursiva que fortalece a reprodução das hierarquias e exclusões sociais. O que nos leva a defender a necessidade de compreender e valorizar as diferentes formas de conhecimento e de promover uma educação mais plural e democrática.

Dito isto, é necessário discutir a forma como a BNCC e a BNC - Formação invisibilizam as questões da diferença como algo que não é fixo e determinado, mas, sim, uma construção social que está em constante mudança. Portanto, ao excluir uma discussão mais aprofundada sobre tais questões, está se fortalecendo a reprodução de estereótipos e preconceitos. Honorato (2018, 2022), Pereira(2020) e Honorato *et al* (2020) apresentam estudos sobre a identidade de gênero, cujas análises servem para exemplificar o que estamos dizendo. Em seus escritos, os autores supracitados apresentam as questões de gênero como algo que não natural ou pré-estabelecido, mas, sim, uma construção social que se dá por meio de práticas discursivas e performativas (Butler, 2017), reforçando como as políticas em questão insistem em tratar essa e outras questões da diferença de forma naturalizada e pré-estabelecida. Dessa forma, a ideia de gênero, sexualidade, etnia, raça, entre outras questões são sempre um processo de construção e desconstrução, que a BNCC e BNC - Formação tenta negar. Assim, percebemos a possibilidade que essas políticas têm de estabelecer padrões de certo e errado. Então, nossas reflexões vão na direção de assumir uma perspectiva de currículo como diferença, é promover uma educação que permita a todas as pessoas a possibilidade de experimentar e explorar diferentes formas de ser e de se expressar.

Frente a isso, negar a diferença é negligenciar que os currículos influenciam na formação das identidades dos sujeitos que passam pelo sistema educacional, que o currículo pode limitar ou ampliar as possibilidades de agência dos sujeitos e que a construção das identidades é um processo contínuo e influenciado por múltiplos fatores. Mais que isso, desprezaria a ideia de que a BNCC e a BNC - Formação buscam construir consensos em torno de determinados valores, conhecimentos e práticas, e de como esses consensos podem ser questionados e disputados por grupos que possuem interesses e perspectivas diferentes. Podemos também pensar em como a construção desses consensos pode reforçar ou desafiar relações de

poder existentes na sociedade.

Com essa discussão, fazemos um convite à reflexão de como essas políticas curriculares são construídas e legitimadas, identificando os grupos e interesses que estão disputando esses processos. É preciso questionar, por exemplo, se as decisões sobre o que é importante ensinar e como isso deve ser feito estão sendo tomadas de forma democrática e participativa ou se refletem apenas as visões de determinados grupos ou setores da sociedade. O que estaria na contramão do pensamento de Deleuze e Guattari (1995), que, ao pensarem acerca da diversidade de conhecimentos e experiências que compõem o currículo escolar, defendem uma educação que valorize a diversidade de saberes e experiências, que reconheça a importância do diálogo e da troca entre diferentes áreas de conhecimento e que permita aos estudantes a possibilidade de construir seus próprios caminhos de aprendizagem.

Entretanto, para Rodrigues *et al* (2021), Macedo (2013, 2014, 2015, 2018a, 2018b, 2019) e Costa e Lopes (2018), a BNCC e a BNC - Formação reforçam hierarquias e dualismos presentes na cultura escolar e na sociedade em geral. A ideia de que as categorias binárias (como masculino/feminino, centro/periferia, branco/negro) são construções sociais e históricas nos permite problematizar a forma como essas categorias são reproduzidas no currículo e pensar em alternativas para a construção de uma educação mais plural e inclusiva.

Nesse sentido, os estudos que apresentamos nesse texto, apontam que a BNCC e a BNC formação do Brasil apresentam limitações em relação à sua capacidade de lidar com a diferença e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira. É necessário, portanto, repensar essas políticas curriculares a partir de uma perspectiva que valorize a heterogeneidade cultural e a pluralidade de saberes e identidades presentes na sociedade. Assim, uma questão importante para a análise de políticas é a forma como elas podem reproduzir ou subverter as relações de poder existentes na sociedade. Nesse sentido, a análise das políticas curriculares como a BNCC e a BNC - Formação pode ser feita a partir das teorias apresentadas anteriormente que nos permitirão questionar, criticamente, as políticas curriculares, seus pressupostos, objetivos e, ao mesmo tempo, apontar alternativas para uma educação mais plural, inclusiva e democrática.

Em tempos, podemos concluir que (...)

Em primeiro lugar, a noção de desconstrução de Derrida (1991) pode ser útil para pensarmos o currículo como um espaço permeado por diferenças e contradições, onde os significados são sempre instáveis e passíveis de serem questionados e transformados. Assim, é preciso desnaturalizar narrativas apresentadas como universais e questionar a forma como a diferença é incorporada no currículo.

Em segundo lugar, a noção de hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) nos ajuda a entender como as diferenças são articuladas em relações de poder e como o currículo pode ser visto como um espaço de disputa por significados. Nesse sentido, é preciso analisar de que forma as diferentes vozes e perspectivas são representadas e como algumas são privilegiadas em detrimento de outras.

Em terceiro lugar, a noção de performatividade de Butler (2017) é fundamental para compreender que as diferenças não são simplesmente características inerentes a indivíduos ou grupos, mas produzidas e reforçadas por práticas sociais e discursivas. O currículo, nesse sentido, é um espaço onde as identidades são constantemente produzidas e negociadas, e onde é preciso questionar as normas e padrões que excluem e/ou marginalizam certos grupos.

Em quarto lugar, a noção de multiplicidade de Deleuze e Guattari (2019) pode nos ajudar a repensar a própria estrutura do currículo, que muitas vezes se baseia em categorias fixas e hierárquicas. Em vez disso, é urgente pensar em um currículo que valorize a diversidade e a pluralidade de perspectivas e que seja capaz de articular as diferenças de forma criativa e produtiva.

A título de exemplificação, podemos refletir sobre como as práticas pedagógicas podem ser pensadas a partir da perspectiva da diferença, para entendermos como elas podem criar ou reforçar certas identidades e diferenças. Isso pode significar repensar as formas como são feitas as avaliações, por exemplo, questionando a ideia de que existem padrões universais de excelência e valorizando a diversidade de perspectivas e formas de expressão. Além disso, podemos pensar em como promover a igualdade de oportunidades e acesso ao conhecimento, reconhecendo as diferenças sociais e culturais que existem entre os estudantes.

É preciso reconhecer a diferença como algo que cria novas possibilidades de conexão e transformação. Isso pode significar criar espaços de diálogo e interação que permitam que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas, sem que sejam reduzidas a uma única perspectiva ou forma de conhecimento. Além disso, precisamos criar as condições para a promoção de uma educação que valorize a criatividade e a experimentação, incentivando os estudantes a explorar novas formas de pensar e agir.

Logo, a diferença se constitui como uma força política transformadora de um grupo ou coalizão de grupos que domina a sociedade através da construção de um consenso em torno de uma visão de mundo específica. No entanto, essa força política nunca é total, e sempre existem pontos de tensão e resistência que podem ser usados para questionar e transformar a ordem dominante. Por fim, é preciso criar espaços de debates e questionamentos que permitam a outros sujeitos subalternizados construir suas próprias perspectivas de mundo.

Referências

- Butler, J. (2017). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019a). *Corpos em aliança e políticas das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembléia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019b). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* □ Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Costa, H. H. C., & Lopes, A. C. (2018, abril). A contextualização do conhecimento no ensino médio: tentativas de controle do outro. *Revista Educação & Sociedade*, v. 39, n. 143, 301–320. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018184558>
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2019). *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia (2ª ed., Vol. 1)* (A. L. Oliveira, A. Gerra Neto & A. G. Costa, Trad.). São Paulo: Editora 34.
- Derrida, J. (1991). *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus.
- Deleuze, G. (2018). *Diferença e repetição*. Lisboa, Portugal: Relógio □ Água.
- Foucault, M. (2017). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org. & trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Honorato, R. F. S., & Pereira, M. Z. C. (2017). Gênero nas políticas educacionais do estado da Paraíba: (des)continuidades. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 8(2), 263-283. <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.8.i2.0013>
- Honorato, R. F. S. (2018). *Gênero nas políticas educacionais da educação de jovens e adultos: trajetória, influências e textos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9917?locale=pt_BR
- Honorato, R. F. S., Pereira, M. Z. C., & RAMOS, L. (2020). As políticas de currículo no Brasil: pensando numa nova lógica política. *Revista Communitas*, 4(7), 207–2017. <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/3004>
- Honorato, R. F. S., & Pereira, M. Z. C. (2021). Gênero nas políticas de currículo da Educação de Jovens e Adultos - EJA. *Revista Communitas*, 5(11), 56–87. <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/5306>
- Honorato, R. F. S. (2022). *A política de currículo do Programa de Educação Cidadã Integral para o Atendimento de Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23501?locale=pt_BR
- Honorato, R. F. S., Costa, H. H. C., & Cunha, E. V. R. (2022). Estratégias discursivas na pesquisa em currículo. *Revista Espaço do Currículo*, 15(2), 1–9. <https://doi.org/10.15687/rec.v15i2.64568>
- Honorato, R. F. S., Pereira, J. R. N., & Rodrigues, A. C. S. (2022). Cuidado! Substância altamente inflamável: narrativas-experiências de uma mulher trans com *gênerossexualidades* nos/dos currículos da socioeducação. *Revista Educacion*, 25(2), 77–95. <https://fh.mdp.edu>

ar/revistas/index.php/r_educ/article/download/6611/6563

Laclau, E., & Mouffe, C. (2015). *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq.

Lopes, A. C. (2015). Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas*, 21(45), 445–466. <https://doi.org/10.26512/lc.v21i45.4581>

Macedo, E. (2006). Por uma política da diferença. *Revista Cadernos de Pesquisa*, 36(128), 327–356.

<https://doi.org/10.1590/S0100-15742006000200004>

Macedo, E. (2012). Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. *Revista Cadernos de Pesquisa*, 42(147), 716–737.

<https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300004>

Macedo, E. (2013). Equity and difference in centralized policy. *Journal of Curriculum Studies*, 45(1), 28-38.

<https://doi.org/10.1080/00220272.2012.754947>

Macedo, E. (2014). Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista E-Curriculum*, 12(3), 1530–1555. <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>

Macedo, E. (2015). Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?. *Revista Educação & sociedade*, 36(133), 891–908. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015155700>

Macedo, E. (2018b). Repoliticizar o social e tomar de volta a liberdade. *Revista Educação em Revista*, 34, 1-15. <https://doi.org/10.1590/0102-4698212010>

Macedo, E. (2018a). "A Base é a base." E o currículo, o que é? In M. A. S. Aguiar & L. F. Dourado (orgs.), *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas* (pp. 28-33). ANPAE.

Macedo, E. (2019). Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. *Revista Retratos da Escola*, 13(25), 39–58. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i25.967>

Pereira, J. R. N. (2020). *"Escola do corpo": currículo e implicações de gênero e sexualidades na educação de corpos de bailarinos (as)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da UFPB. https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18280?locale=pt_BR

Ribeiro, W., Ivenicki, A., & Honorato, R. F. S. (2020). Pesquisa em currículo e diferença: debates em contexto de proeminências conservadoras - introduzindo a questão. *Revista Espaço do Currículo*, 13(Especial), 670–677.

<https://doi.org/10.15687/rec.v13iEspecial.56633>

Rodrigues, A. C. S., Albino, A. C. A., & Honorato, R. F. S. (2021). Disputas curriculares em torno da formação inicial e continuada no Brasil: anúncios políticas das entidades científicas. *Revista Currículo sem Fronteiras*, 21(3), 1486–1505. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss3articulos/rodrigues-albino-honorato.html>

Silva, T. T. (2017). *Documentos de identidade. uma introdução às teorias do currículo*. Belo

Horizonte: Autêntica.

Süssekind, M. L. (2017). O que aconteceu na aula? Políticas, currículos e escritas nos cotidianos da formação de professores numa universidade pública. *Revista Teias*, 18(51), 134–148. <https://doi.org/10.12957/teias.2017.30506>

Süssekind, M. L. (2018). Entrevista. *Revista Educação em Pauta*, 5(1), 4–12.

http://adcp.ii.com.br/wp-content/uploads/2018/07/ebook_revista_6.pdf

Süssekind, M. L., Pimenta, A., & Ferreira, D. A. (2020). Da banalidade do ódio: a escuridão do espelho em que nos miramos. *Revista Communitas*, 4(7), 19–33. <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/2792>

Notas

¹ Professor da área de Educação, Didática e Currículo do Centro de Ciências Humanas e Exatas (CCHE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campus VI. Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na linha de Políticas Educacionais (PE), Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Experiências Escolares (GEPCEE), integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares (GEPPC/UFPB), do Fórum Permanente de Pesquisa Narrativa (FOPPEN/UFRJ) e membro da equipe editorial da Revista Espaço do Currículo (REC). Possui especialização em Gênero e Diversidade na Escola (2015), licenciatura em Pedagogia (2016) pela Universidade Federal da Paraíba e licenciatura em matemática pela Universidade Vale do Acaraú (2011). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em currículos, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação, gênero, EJA e Socioeducação. E-mail: rafaelhono@gmail.com .Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>.

² Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPB), Mestre em educação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba (2018) vinculado a linha dos Estudos Culturais da Educação e Pedagogo formado pela Universidade Federal da Paraíba. Foi docente da educação básica de escolas privadas da cidade de João Pessoa lecionando também a disciplina de Línguas Estrangeiras (Inglês/Espanhol) no ensino médio tendo habilitação por escolas de línguas renomadas da cidade de João Pessoa/PB. Desenvolve suas potencialidades acionando as mais diversas formas de artísticas para produzir conhecimentos, (des)aprendizagens e significados. Têm desenvolvido pesquisas no âmbito dos estudos de Corpo, Currículo, Gênero e Sexualidades. Atualmente é participante do Grupo de Pesquisa em Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão (GEDI) vinculado ao CNPq que é coordenado pelas docentes, Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Jeane Félix da Silva. Na atualidade é professor/tutor de ensino superior da Faculdade Três Marias (FTM) localizada na cidade de João Pessoa/PB, mas, já lecionou na graduação do curso de Pedagogia e na pós-graduação da referida instituição. E-mail: rodolfonp2016@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7158-4865>.

³ Possui graduação em Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Estadual de Londrina (1976), graduação em Licenciatura Em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (1990), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (2001). Pós- doutorado em Educação na UERJ (2008) Atualmente é professora Titular da Universidade Federal da Pa-

raíba atuando na graduação e pós-graduação. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Educacionais, Políticas de currículo e suas interconexões com cultura, gênero, etc. E-mail: mzulpereira4@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8980-9302>.